

# **Candidaturas de pessoas LGBTI+ à vereança em São Paulo (2020): perfis socioeconômicos e trajetórias político-partidárias**

*Vanilda Chaves<sup>1</sup>*

*Augusto Malaman<sup>2</sup>*

*João Filipe Cruz<sup>3</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

O processo eleitoral de 2020 foi um marco para os grupos subrepresentados na política. No caso da população LGBTI+, ao menos 90 pessoas foram eleitas em todo o Brasil - um aumento expressivo em relação às eleições de 2016, quando 16 foram eleitas. Tendo em vista esse contexto, neste trabalho apresentamos os resultados da pesquisa “LGBTI+ e Eleições: Conversas com candidatos/as a vereador/a em SP” realizada pelo Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade da USP - NÓS/USP - em parceria com o GIRA/USP - durante o processo eleitoral de 2020. O projeto visou identificar aspectos relevantes do engajamento eleitoral de sujeitos LGBTI+ nas últimas eleições municipais, a saber: mapear o seu perfil socioeconômico, trajetória político-partidária e propostas dos/as diversos/as candidatos/as LGBTI+ à vereança na cidade de São Paulo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No Brasil, o movimento LGBT surgiu no final dos anos 1970 durante o processo de “abertura política” (MACRAE, 1990), sendo a participação em partidos políticos motivo de intensas polêmicas<sup>4</sup> internas. As primeiras candidaturas de homossexuais assumidos ocorreram nas eleições de 1982, em partidos de esquerda e de direita (CRUZ, 2015). Durante os anos 1980, momento de eclosão da epidemia de HIV/Aids

---

<sup>1</sup> Vanilda Souza Chaves, Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo. E-mail: vanildachaves@usp.br

<sup>2</sup> Augusto Malaman, Mestrando em Ciência Política, Universidade de São Paulo. E-mail: augustomalaman@gmail.com

<sup>3</sup> João Filipe Cruz, Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo. E-mail: joao.filipe.cruz@usp.br

<sup>4</sup> As polêmicas sobre o risco de cooptação do movimento puderam ser observadas ao longo das décadas, ainda que com diferentes roupagens, de modo que nunca houve consenso nos debates internos ao movimento LGBT sobre o engajamento partidário de sujeitos LGBT. A este respeito conferir, por exemplo, Santos (2014; 2016a).

e desenrolar do processo de redemocratização, o movimento participou de disputas na Constituinte e de processos eleitorais (CÂMARA, 2018).

A experiência associativa em torno da epidemia de HIV/Aids e a abertura à participação política nos anos 1990 ampliaram as possibilidades de ativismo. Ao longo dos anos 2000, ocorreu a intensificação do *advocacy* (AGUIÃO et al., 2014), o aumento de candidaturas LGBT e a criação de setoriais LGBT em partidos de diferentes matizes ideológicas (SANTOS, 2014; 2016a).

Quanto ao número de candidaturas “assumidamente LGBT” no Brasil, 2020 teve o maior já registrado<sup>5</sup>: 502. Observa-se um aumento expressivo nas últimas décadas, e entre as candidaturas às eleições locais isso é mais evidente: em 1996, foram identificadas 10 candidaturas; em 2004, 81 candidatas; em 2012 foram 173 (um aumento de 113%); em 2016, foram 256 candidaturas e em 2020 foram 502, um aumento de 96% (SANTOS, 2014).

Até 2014 estas candidaturas eram em sua maioria de homens gays, com perfil “político profissional” - homens cis, com nível educacional médio ou alto, em idade produtiva e com profissões que permitem dispor de tempo livre para a vida política (SANTOS, 2014; 2016b). A partir de 2016, o cenário se altera: das 256 candidaturas LGBT, 94 eram de pessoas trans. Já em 2020, das 502 candidaturas LGBT identificadas, 294 foram de pessoas trans, 58% do total. Tal cenário parece indicar uma “virada trans” na política, porque, pela primeira vez, as candidaturas trans compõem a maioria das candidaturas e foram eleitos/as.

## **METODOLOGIA**

Para realizar essa pesquisa, consultamos os dados disponibilizados pelo TRE-SP e TSE, a fim de estabelecer o perfil socioeconômico das candidaturas LGBTI+. Em seguida, realizamos entrevistas, em formato *live*, nas quais foram abordados alguns tópicos: a) trajetória pessoal e política; b) percepção sobre conjuntura; c) propostas da candidatura; d) aspectos da campanha; e) avaliação sobre políticas públicas. Ao todo foram entrevistadas/os 30 candidatas/os - isto é, 60% das 50 candidaturas LGBTI+ mapeadas na cidade de São Paulo -, dos quais três foram eleitas e 16 encontram-se na suplência.

---

<sup>5</sup> De acordo com dados do Vote LGBT e da ANTRA, visto que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não dispõe de estatísticas do tipo e sequer pede essa informação no ato do registro das candidaturas.

## RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com dados do TSE, na cidade de São Paulo, os homens (cis e trans, LGBTI+ ou não) representaram 67,2% (1.364) das candidaturas, enquanto as mulheres (cis e trans, heterossexuais e LGBTI+) somam 32,8% (667), demonstrando um evidente desequilíbrio em termos de gênero. Porém, quando olhamos para as 50 candidaturas LGBTI+ no município<sup>6</sup>, verificamos uma diferença nesse cenário, pois as mulheres são maioria entre candidatas LGBTI+. Em 2020, observou-se o aumento de candidaturas e de pessoas trans eleitas<sup>7</sup>, com expressivas votações de travestis, mulheres e homens trans em grandes cidades (em São Paulo, foram eleitos Erika Hilton e Thammy como vereadores titulares e Carolina Iara e Samara Sosthenes em mandatos coletivos). Com relação à dimensão político-partidária, das 50 candidaturas LGBTI+ mapeadas nesta pesquisa, 17 foram apresentadas pelo PSOL, 34% do total. Em seguida aparecem: PDT, PSB e PT, seguidos por PSDB, Rede, NOVO, Patriota, PCB; e alguns partidos possuíam apenas uma candidatura.

## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia, et al. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: José S. L. Lopes; Beatriz Heredia. (Org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014, p. 237-267.

CRUZ, Rodrigo. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNIFESP, 2015.

DEHESA, Rafael de la. El sexo y la revolución: La liberación lésbico-gay y La izquierda partidária en Brasil. *Revista de Estudios Sociales*, n. 28, 2007.

MACHADO, Bernardo. Sim, eles já estão na política: nuances das eleições de LGBTIs em 2020. **TAB UOL**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/bernardo-machado/2020/11/28/algumas-nuances-da-eleicao-de-pessoas-lgbti-em-2020.htm>. Acesso em: 22 de set. 2021.

---

<sup>6</sup> Identificamos 50 candidaturas LGBTI+. Porém, é importante ressaltar que ao menos 57 pessoas LGBTI+ estiveram engajadas em candidaturas, pois houve um número considerável de candidaturas coletivas. 30 dessas pessoas foram entrevistadas no projeto "LGBTI+ e Eleições".

<sup>7</sup> Até o ano de 2020, a maioria das candidaturas de pessoas trans era observada em cidades do interior. E as pessoas trans quando eram eleitas costumavam vencer justamente em cidades de menor porte, o que exigia votações relativamente baixas (MENDES; BARBARELLA, 2020).

MARQUES, Vera Lúcia. *Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do Movimento LGBT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.

MENDES, Bárbara; BARBARELLA, Pedro. TRANSformar a política: notas sobre a representação política de pessoas travestis e transexuais eleitas em 2020. **Sexuality Policy Watch**, Rio de Janeiro, 10 de abril de 2021.

SANTOS, Gustavo. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar*, v. 6, p. 179-212, 2016a.

\_\_\_\_\_. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, p. 58-96, 2016b.

\_\_\_\_\_. Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo. In: *Anais do 38º ANPOCS*, 2014.

VOTE LGBT. Eleições 2020 \_ uma vitória coletiva. **Vote LGBT**. Disponível em: <https://votelgbt.org/eleicoes>. Acesso em: 22 de set. 2021.